

## Dualidades na análise política

A multiplicidade de idéias é fértil no solo democrático. Emerge, porém, o risco de transformação de posturas múltiplas em dualidades na análise de conjuntura política sul-americana.

Mal adentramos o ano de eleições no Brasil e parece que as únicas cartas da mesa foram lançadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É como se a definição inibisse os demais partidos a ponto de que não lhes resta mais que apoiar um ou outro dos grandes jogadores. Já se fala de alianças para um possível segundo turno e outras especulações.

Ainda, as categorias de “esquerda” e “direita” são recicladas de acordo com o que cada um pensa delas sem qualquer base histórica do que compõe uma e outra.

A crítica aos grandes meios de comunicação passou a fazer parte de uma ala mais “esquerdista”, enquanto a outra mais “direitista” se conforma com atribuir a culpa de qualquer desgraça nacional ao presidente Lula. O mandatário assumiu a presidência em janeiro de 2003 como se fosse o responsável por toda pobreza espiritual e material de que o país é testemunha.

A polêmica em torno do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos tirou a tranquilidade de alguns grupos em vez de oferecer o gel desestressante. Mensagem: a verdade tem limites.

O futuro hóspede do Palácio do Planalto que se prepara para a mesma onda de críticas que crucifica uma única pessoa. Falta a esperança de diálogo no Brasil.

O panorama não é mais animador quando se trata de avaliar os nossos vizinhos sul-americanos e comparar os dados de desenvolvimento. Passou-se a falar de medidas de democracia. As dualidades

e o desconhecimento das complexidades de cada país induzem a interpretações superficiais e tendenciosas.

A última refere-se ao esforço vão de cultivar dois eixos de países na América do Sul: um de políticas mais conservadoras e alinhadas aos Estados Unidos (Colômbia, Peru e Chile) e outro de orientação mais popular e progressista (Venezuela, Equador e Bolívia).

Sebastián Piñera ganhou as eleições no Chile e depôs a chance de continuidade das políticas de seus antecessores imediatos, enquanto o líder indígena Evo Morales conquistou o segundo turno de governo com a promessa de refundar a Bolívia. Vizinhos que bebem de mananciais diferentes.

E o Brasil em qual eixo se situa?

Na pretensão de líder regional até que as vestes caíam e apareça o esqueleto putrefato. Na liderança de missões de paz das Nações Unidas até que países mais poderosos finquem a bandeira onde não são chamados sem mais nem menos. Olhemos o Haiti. Nos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional até que a casa dos novos credores também seja erodida ou inundada pelas lágrimas da natureza, que escorrem incessantemente por Angra dos Reis, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, etc.

Alguns nos fazem crer que tudo que se avizinha do Brasil é farinha do mesmo saco.

Não é de se estranhar que a frente tupinica olha para o mar, enquanto se dá a costa para o continente.

É preciso um esforço adicional para entender o dinamismo das propostas antagônicas que, ao contrário de devolver-nos ao trilho, ofusca-nos a visão. Já nos acostumamos com projetos tão discrepantes. O estado de São Paulo anda com dois modelos: o que arrecada muito, mas exige

pagar por tudo que o Estado deveria prover segundo o modelo de arrecadação, como na educação, saúde e segurança.

Não é à toa que uma parcela considerável dos recém-formados no Brasil sonha com o funcionalismo público. Se mamaram em nós, mamemos neles. Esta é a opção tupinica para o tupinica, que insiste em se espelhar nos protótipos do Big Brother Brasil e – por que não? – do nosso Tio Sam.

As mandíbulas do Estado não dão trégua.

Nem a esparrela do livre mercado reconforta os pequenos empreendedores diante da hegemonia industrial da China, o predomínio de grandes marcas e a disputa ideológica que fez os Estados Unidos transferirem vinte mil soldados bem ao lado de Cuba. Não é de médicos que o Haiti precisa?

Desperdiçamos o tempo escasso do ócio com produtos culturais estadunidenses. Pagamos para que eles sejam nossos senhores de engenho na divisão internacional do trabalho. O mundo ainda precisa de açúcar e seus derivados. Como nos esqueceríamos do etanol?

Venho alertando para a redução da análise política às dualidades: Oriente e Ocidente, terroristas e democráticos, “americanos” e “latinos”. A aventura é perigosa. O mundo é muito mais do que nos contam os Ocidentais, democráticos e “Americans”.

Há também o risco de tudo parecer natural. A propósito, quase ninguém mais fala do sórdido golpe militar em Honduras que derrubou o presidente legítimo Manuel Zelaya.

Enquanto isso comemos o pão que o diabo amassou nas terras da colheita.

**Bruno Peron Loureiro é analista de América Latina e Relações Internacionais.**



**JOÃO ASMAR**  
Jornalista

Quando estourou o movimento revolucionário de 31 de março de 1964, a preocupação maior dos militares, além da recomposição do governo, era desbaratar os núcleos ou células comunistas, espalhadas por todo o território nacional.

De fato, os adeptos do credo político que se havia implantado na Rússia, e alaistrado por todo o leste europeu, avançava com suas pregações e agitações por todos os continentes. Aqui no Brasil os seus agentes já se infiltravam nas hostes governistas, ocupando posições de relevo. Alardeavam, abertamente, as predileções para se mudar o regime político da nação.

Órgãos do governo, como a Supra, Superintendência da Reforma Agrária, exagerava em suas ações e manifestações, chegando seus membros serem recebidos a tiros, quando de mandavam à cidade de Formosa.

Pregava-se, abertamente, que no dia 1º de maio de 1964, deveria ser instalada, no Brasil, a República Socialista Popular Brasileira, nos moldes de Cuba, cujos agentes, financiados por Moscou, aqui atuavam com suas pregações revolucionárias.

Havia, no seio da população, uma expectativa, mas o governo parecia acomodado, incapaz de conter as ondas agitadoras. Em contra-partida, surgiram manifestações colossais, nas grandes capitais do país, esboçando calorosas reações, que levaram milhares de pessoas às praças públicas, com o movimento conscientizador, Deus, Pátria e Família.

No começo de março de 1964, trazidos de Brasília, foram despejados na pacata cidade de Corumbá de Goiás, distantes 45 quilômetros daqui, alguns caminhões de “candangos”, assim chamados os homens que vieram do nordeste, e que se encontravam desocupados, na capital federal. Essa gente, sem arrimo, sem teto, sem dinheiro e sem comida, ameaçava invadir armazéns, para sobreviver. Era motivo de preocupação, generalizada.

Anunciou-se, reiteradamente, que esses homens, famintos, viriam para Anápolis. Temiam,

## Isolamento

muitos, principalmente, os cerealistas, numerosos, que pudessem sofrer violências, saques e depredações em seus estabelecimentos.

Foram, então, realizadas reuniões para se organizar meios de defesa, resguardando-se os direitos dos comerciantes estabelecidos. No auditório do Hospital Evangélico Goiano reuniram-se industriais, comerciantes, profissionais liberais e muita gente, interessada. Ficou deliberada a criação do Centro de Defesa Democrática de Anápolis. Foi formada uma Comissão, encarregada de elaborar os estatutos e providenciar, com urgência, os meios de reação, caso se evidenciasse qualquer anormalidade.

A Comissão, integrada por pessoas importantes e influentes na cidade, visitou o Comando do 42º Batalhão Motorizado do Exército, recebendo o apoio logístico dos Comandantes General Souza Júnior e Coronel Pitanga Maia.

O Governador do Estado, Mauro Borges, que mantinha em seu governo, em posições de relevo, elementos declaradamente comunistas, procurado pessoalmente, mostrou-se apático, indiferente, e em nada se comprometeu.

Nas últimas noites de março, vários elementos integrantes desse Centro, fomos molestados por ligações telefônicas. Alguém, não identificado, com tom de ameaça, nos avisava que seríamos “fritados” se não desistíssemos de levar avante o movimento defensivo.

Verificou-se, mais tarde, que eram fanáticos comunistas, vindos de fora, que aqui haviam estabelecido posto de comando, para o desencadeamento das ações programadas para a concretização do grande projeto de alteração da ordem jurídica.

Com a vitória da revolução, levada a efeito pelas forças armadas, houve uma mudança radical. O Presidente Jango deixou o Brasil e foi homiziado no Uruguai. O país parecia ter acordado de um grande pesadelo. Em todos os lugares surgiram manifestações calorosas do povo, apoiando o movimento liderado pelos Governadores, Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Paulo Pimentel, do Paraná, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e muitos outros, à exceção de Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, cunhado de Jango.

Houve edição de Atos Institucionais e o Congresso elegeu o Marechal Castelo Branco como Presidente da República. A preocupação maior foi a manutenção da ordem e a varredura em todos os organismos da administração pública; visando

afastar os agentes comunistas, punindo e cassando diretos políticos dos mais exaltados agitadores, ou afeiçoados ativos dos movimentos violentos;

Anápolis ficou conhecida como um centro de irradiação dos seguidores de Moscou e de Cuba, pois, vários elementos estranhos estavam aqui, exercendo atividades, arregimentando adeptos, e muitos dos nossos ocupavam funções importantes no Governo do Estado.

Diante das ameaças sofridas por muitos membros do Centro de Defesa, foi publicado, no dia 5 de abril de 1964, nos jornais de Anápolis e Goiânia, a seguinte

### NOTA AO PÚBLICO:

O Centro de Defesa Democrática de Anápolis cumpre o dever de declarar ao público que, conforme deliberações de suas assembléias, ficou assentado que o Centro emprestará, como sempre empresta, inteiro apoio e solidariedade ao poder constituído, para defesa da Constituição e da Democracia, contra o comunismo.

O Centro de Defesa Democrática de Anápolis não elaborou nenhuma lista de nomes e nem indicou à polícia qualquer nome de pessoa. Não fez publicar e nem patrocinou publicidade de lista ou boletins anônimos.

Todavia, concorda e aplaude os atos das autoridades, quando chamam à ordem elementos suspeitos, evitando a anarquia e a desordem.

As deliberações do Centro foram tomadas publicamente e nenhum dos seus membros agiu isoladamente, razão por que existe união de propósitos e solidariedade completa entre todos. Qualquer investida a qualquer democrata, ainda que velada ou nas caladas da noite, será respondida, por todo o Centro, como se fizer necessário e com o apoio das autoridades militares.

Anápolis, 5 de abril de 1964

Assinaram: João Asmar, João de Faria, Nelson de Abreu, José Batista Júnior, Jibrán El Haje, Henrique Fanstone, Antônio Caputo, Adalvo de Matos e Gibral Elias.

O Brasil, em verdade, foi salvo da hecatombe, da anarquia, pela reação do povo, escorada pelas Forças Armadas, em 31 de março de 1964.

Hoje, quem duvida é só observar o que restou da União Soviética, depois que lhe foi tirada a máscara do falso regime democrático que a violentou e a empobreceu, matando muita gente. É só tomar conhecimento do que acontece com a teimosa Cuba, seu filho, deserdada pelo ISOLAMENTO.

## Celg é sua gestão política

A Celg é uma empresa de economia mista, onde o seu maior acionista, detentor de 99,68% das ações, é o Estado de Goiás, tendo ainda a Eletrobrás, alguns municípios e investidores privados também com parte de suas ações. O que chama atenção neste episódio é como o processo de gestão durante quase toda existência da empresa foi basicamente político.

No Brasil, com algumas exceções, nas organizações onde o poder público é majoritário, a gestão é feita apenas por pessoas com indicação política para o cargo. Não pretendo discutir o mérito da questão no tocante a “cargos de confiança”, mas sim os porquês dessas indicações não serem precedidas de uma avaliação técnica curricular do candidato a vaga. Quando se estuda o caso Celg, fica evidente que o maior equívoco foram as decisões adotadas politicamente sem uma análise correta e técnica. O relatório não conclusivo da Fipe aponta seis causas básicas que levaram a companhia a esta difícil realidade. Os que me chamaram atenção são a grande dificuldade de se reduzir despesas (falta de gestão), a venda de um ativo e posterior com-

pra de energia por um preço gritantemente maior que o anterior (equivoco estratégico) e o não retorno do recurso oriundo da venda da Celg ao caixa da companhia (erro financeiro/contábil), uma vez que este foi para Tesouro Estadual.

Outra questão pouco discutida que vejo ser de enorme relevância neste contexto, já que ainda não tenho notícias de sua verificação, foi a destinação de vultosos recursos financeiros para patrocinar eventos, desportistas, dentre outros. Mesmo nos períodos de grandes dificuldades financeiras, a Celg estava presente. Quantos foram os eventos que ela patrocinou? Inclusive com fortes indicativos que organismos dirigidos por gestores que respondiam pela Celg e pela beneficiada também foram agraciados. O que faz uma empresa sem dinheiro e, o mais grave, sem concorrência eminente querer e divulgar latente e sua marca? Claro e notório que as organizações quando patrocinam algum evento buscam muito mais que a simples divulgação da marca, mas também é perceptivo que nenhuma empresa com o menor grau possível de problema financeiro irá envolver esforços para patrocinar qualquer evento,

ainda mais aqueles estranhos a sua área de atuação. Pergunto-me o porquê isso ainda não foi pesquisado e trazido ao conhecimento da sociedade? A quem interessa o não debate deste viés?

Então, o que fica evidenciado é que embora os valores dados em patrocínios não sejam os grandes responsáveis pela dívida da Celg, eles podem sim ter uma boa influência na composição deste prejuízo. Assim, vejo que em Goiás, como em boa parte do Brasil, os governantes precisam apreender e praticar o exercício de proceder antes da indicação política a técnica, pois é considerável o número de pessoas que se aventuram a participar da gestão da Celg e não tinham formação e conhecimento adequado para ocuparem os cargos e tomar tecnicamente as decisões que se fizeram necessárias. Agora, o cidadão preparando tecnicamente ou não irá mais uma vez pagar a conta da inoperância do Estado.

**José Carlos dos Santos é administrador, especialista em Comércio Exterior e Docência do Ensino Superior, empresário, professor universitário e Conselheiro do CRAGO. (jcds25@yahoo.com.br)**

[www.jornalestadodegoias.com.br](http://www.jornalestadodegoias.com.br)

**JORNAL ESTADO**  
DE GOIÁS

Publicação da WCR Produção e Comunicação Ltda

- Administração, Redação e Edição  
Av. JK, nº 2343, JK Pq. Industrial, Nova Capital  
Cep: 75114-225  
Anápolis-Goiás

Redação: (62) 3701-2721 / Comercial: (62) 3702-4406  
Impressão: F. Câmara Gráfica

Editor-Chefe  
Marcos Vieira (marcosvieira77@yahoo.com.br)

Editor de Arte  
Normando Pereira Barros (npbarros@hotmail.com)

Jornalistas  
Fernanda Morais (fernandamoraism@hotmail.com)  
Marcos Aurélio Silva (marcos.imprensa@gmail.com)  
Orisvaldo Pires (orisvaldopires@gmail.com)

Repórter Fotográfico  
Ismael Vieira (ismaelvieira@hotmail.com)

jornaldestadodegoias@gmail.com